

te, vem uma ordem para afastar 30% do restante. O grande problema da Biblioteca não era o excesso, mas a escassez. Com o objetivo de sensibilizar o Governo, a própria direção da Casa, funcionários e amigos da Biblioteca mobilizaram-se numa luta que pretendia simplesmente mostrar que não se poderia "cortar o que estava faltando". Foram elaborados documentos e estatísticas que mostraram claramente que o corte de 30% do mingua-do pessoal da Casa a levaria fatalmente a fechar as suas portas, pela primeira vez, em mais de 150 anos, por faltar-lhe condições de atender ao seu público. Esses documentos foram distribuí-dos à imprensa e a pessoas influentes (parlamentares e repre-sentantes de organizações ligadas à cultura) e uma verdadeira campanha começou a se pôr em movimento pela proteção da Biblioteca Nacional. O seu ponto culminante foi um abraço simbólico ao prédio da Biblioteca, que reuniu um impressionan-te número de pessoas que tentavam, assim, demonstrar a sua preocupação com o futuro de uma instituição que sempre foi um dos maiores orgulhos da cultura brasileira. A imprensa noticiou com destaque esta manifestação. A Biblioteca Nacio-nal, que tinha resistido a um incêndio, à invasão das tropas napoleônicas, a uma perigosa travessia marítima e a tantos contratempos econômicos e políticos, corria o perigo de soço-brar diante de um Governo inepto.

Acreditando piamente que o motivo desse "enxugamento da máquina administrativa" devia-se realmente à necessidade de uma contenção de despesas, como era propalado pelo Go-verno, a direção da Casa, junto com a associação de funcionários (ASPL), na pessoa de sua presidente, Fátima Nascimento, apre-sentaram às autoridades federais uma proposta quase heróica: todos os servidores renunciariam a alguns benefícios, como, por exemplo, o tíquete-restaurante e o vale-transporte, enquanto as chefias abririam mão de suas gratificações, por tempo indeter-minado, até que fossem resolvidos os problemas de caixa.

Verificou-se, sem tardar, que o problema não era financei-ro. Era político. Tratava-se de uma promessa de campanha eleitoral. O Governo não pensava em reformas estruturais, em melhoramento do pessoal, na eficiência dos serviços. A ordem era, simplesmente, reduzir o número de funcionários, uma vez